

11º Exame de Ordem - 1ª fase - 1999

Direito Civil

1. Um jovem de dezoito anos, solteiro e sem filhos, deseja fazer testamento público, deixando um terço dos seus bens para seu melhor amigo.

Para tanto:

- (a) Deve ser assistido por seus pais;
- (b) Deve requerer um alvará judicial;
- (c) Não necessita de assistência ou alvará, podendo praticar o ato sozinho;
- (d) Não necessita de assistência ou alvará, porque o testamento será público.

2. O filho de uma mulher solteira com um homem casado, não reconhecido pelo pai, para obter os alimentos que necessita deve:

- (a) Propor ação de investigação de paternidade e pedir a fixação dos alimentos já na sentença de primeiro grau que reconhecer a paternidade;
- (b) Propor ação de alimentos com base na Lei 5.478/68;
- (c) Propor ação de investigação de paternidade e aguardar o trânsito em julgado da sentença que reconhecer a paternidade para receber alimentos;
- (d) Aguardar a separação judicial do pai para pedir os alimentos.

3. Pelos danos causados por um adolescente de dezessete anos:

- (a) Respondem exclusivamente os pais do adolescente;
- (b) Responde exclusivamente o adolescente;
- (c) Não há responsável por ser o autor dos danos menor de idade;
- (d) Respondem solidariamente o adolescente e seus pais.

4. Dissolvida a união estável, para obter alimentos, é indispensável que a mulher prove:

- (a) A convivência por no mínimo cinco anos;
- (b) A necessidade dos alimentos;
- (c) A inexistência de bens comuns;
- (d) A celebração de contrato escrito estabelecendo a obrigação de prestar alimentos entre os conviventes.

5. Ao fazer réplica numa ação ordinária, o advogado do autor vem a perceber que a peça contestatória foi subscrita por pessoa que se fez passar por advogado, inclusive indicando o número de uma inscrição falsa, conforme se comprovou com uma declaração assinada pelo verdadeiro titular daquela inscrição. Diante do fato comprovado o advogado do autor deverá:

- (a) Alegar a nulidade do ato e requerer nova citação da parte ré, para constituir novo patrono;
- (b) Alegar a nulidade do ato e requerer a decretação da revelia da parte ré;
- (c) Denunciar o fato ao juiz sem, contudo, alegar sua nulidade e requerer expedição de ofício a OAB;
- (d) Requerer a intimação pessoal da ré comunicando o fato irregular.

6. Constitui-se requisito essencial da petição inicial, dentre outros:

- (a) Os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;
- (b) O nome da ação;
- (c) Os dispositivos que fundamentam o pedido;
- (d) Os dispositivos que fundamentam o mérito.

7. Para se admitir a assistência de terceiro no processo é necessário:

- (a) Que o procedimento admita intervenção de terceiros;
- (b) Que o terceiro tenha interesse jurídico de que a sentença seja favorável a uma das partes;
- (c) Quando houver comunhão de direitos e obrigações relativamente à lide;
- (d) Quando houver afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.

8. José da Silva, inconformado com o valor da verba honorária arbitrada pelo Juiz, para remuneração de seu trabalho como perito judicial em determinada ação, poderá:

- (a) Recorrer da decisão para superior instância, vez que tem legitimidade para a tal;
- (b) Não poderá recorrer para outra instância por lhe faltar legitimidade para tal;
- (c) Poderá contraminutar o recurso desde que a parte condenada a pagar recorra;
- (d) Poderá recorrer adesivamente.

Direito Penal

9. Em havendo concurso de crimes de roubo e estupro, de que decorrem lesões corporais graves, a ação penal é:

- (a) Pública incondicional em relação ao roubo e privado em relação ao estupro;
- (b) Pública condicionada em relação a ambos os crimes;
- (c) Pública incondicionada em relação a ambos os crimes;
- (d) Privada em relação a ambos os crimes.

10. A autoridade policial, para fins de classificação jurídica provisória de fato de se encontrar o agente na posse de substância entorpecente (traficante - art. 12 - ou usuário - art. 16, da Lei n. 6.368/76), deve considerar:

- (a) A natureza da substância entorpecente;
- (b) A quantidade de substância entorpecente e os antecedentes do agente;
- (c) As condições do local do fato;
- (d) Todas as alternativas estão corretas.

11. Dos crimes abaixo, quais os que não admitem a modalidade da tentativa:

- (a) Os crimes omissivos puros;
- (b) Os crimes comissivos por omissão;
- (c) Os crimes formais;
- (d) Os crimes plurissubjetivos.

12. Pedro Roxin, valendo-se de nome suposto, comparece à 3ª Delegacia Policial e relata que João da Silva cometera crime de furto, sabendo, entretanto, que sua afirmativa não correspondia à realidade, uma vez que tinha ciência de que tal delito fora praticado por Paulo Roxin, seu irmão.

A autoridade policial determina a instauração de investigação policial.

- (a) Pedro cometeu o delito de falsa comunicação de crime;
- (b) Pedro cometeu o delito de denúncia caluniosa e falsa identidade;
- (c) Pedro cometeu o delito de denúncia caluniosa;
- (d) Pedro cometeu o delito de falsa identidade e falsa comunicação de crime.

13. Sérgio Weil foi denunciado pela prática do delito de roubo. O Juiz de direito recebe a denúncia e determina a citação do acusado. A citação é regularmente feita, bem como a notificação do Ministério Público. De acordo com rito estabelecido em lei, qual será o próximo ato processual?

- (a) Oitiva das testemunhas arroladas pela acusação;
- (b) Oportunidade para a defesa apresentar suas alegações preliminares;
- (c) Oitiva das testemunhas arroladas pela defesa;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

14. João Antonio é condenado pela prática do delito de homicídio. No entanto, durante o andamento do processo, a defesa do acusado mostrou-se meramente simbólica, ou seja, materialmente inexistente.

Pergunta-se: A inexistência da defesa do acusado constitui:

- (a) Nulidade absoluta, sendo o prejuízo do acusado presumido;
- (b) Nulidade relativa, devendo o prejuízo do acusado ser demonstrado;
- (c) Mera irregularidade;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

15. Dentre os meios de impugnação abaixo arrolados, assinale a opção que não tem natureza jurídica de recurso:

- (a) Apelação;
- (b) Revisão Criminal;
- (c) Recurso em Sentido Estrito;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. Pedro Augusto é denunciado pela suposta prática do delito de estelionato. A acusação ministerial estribou-se em peças de informação, não sendo, portanto, realizado o inquérito policial, já que presentes nas mencionadas peças o suporte mínimo probatório necessário ao oferecimento da denúncia. Assinale a alternativa correta:

- (a) A denúncia não pode ser estribada em tais peças de informação;
- (b) O inquérito policial é imprescindível ao oferecimento da denúncia;
- (c) A denúncia foi oferecida corretamente, já que demonstrada pelo promotor a causa provável;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, em virtude de casamento:

- (a) Por um dia, sem prejuízo do repouso semanal remunerado;
- (b) Até dois dias consecutivos, sem prejuízo do repouso semanal remunerado;
- (c) Até três dias consecutivos, sem prejuízo do repouso semanal remunerado;
- (d) Por 5 dias, sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

18. Petrócio de Oliveira foi contratado para prestar serviços na colheita de grãos de uma fazenda localizada no interior do Estado de Minas Gerais.

Pergunta-se:

- (a) O contrato de safra é aquele que é exigido do trabalhador exclusivamente na colheita;
- (b) O contrato de safra é aquele que tem duração dependente de variações estacionais da atividade agrária;

- (c) O contrato de safra é aquele que, pactuado, não poderá, em hipótese alguma, ultrapassar 60 dias;
- (d) O contrato de safra é fixado para trabalhador de colheita de grãos, por pessoa física, não podendo ser superior a 40 dias.

19. O empregado José de Oliveira, despedido, acionou, de forma sucessiva 2 (duas) vezes o seu ex-empregador, a Padaria Lagoa Santa, não tendo comparecido às audiências designadas naquelas oportunidades, por simples esquecimento.

Indaga-se: José de Oliveira, embora já tenha movido 2 (duas) Reclamações Trabalhistas contra seu ex-patrão, com o mesmo objeto constante das iniciais arquivadas, incorrerá na pena de perda de reclamar perante a Justiça do Trabalho, contra a Padaria Lagoa Santa, pelo:

- (a) Prazo de 30 dias, a contar da data do arquivamento da 2ª Reclamação Trabalhista;
- (b) Prazo de 1 ano, a contar da data do arquivamento da 2ª Reclamação Trabalhista;
- (c) 6 meses, a contar da data do arquivamento da 2ª Reclamação Trabalhista;
- (d) 4 meses, a contar da data do arquivamento da 2ª Reclamação Trabalhista.

20. Um empregado com contrato de trabalho devidamente formalizado, sofre acidente de trabalho e, em face disso, é afastado da fábrica e encaminhado ao seguro social, por 6 meses seguidos. Pergunta-se:

- (a) O empregador, em face de ter encaminhado o acidentado ao seguro social próprio, fica desobrigado de recolher os depósitos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, na medida em que, durante 6 meses, inexistiu prestação de serviços;
- (b) Continua o empregador, mesmo ausente o empregado, por 6 meses, sem prestar qualquer trabalho, obrigado ao recolhimento dos valores do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço;
- (c) A Caixa Econômica Federal, gestora do sistema fundiário, pode, porque ausente prestação de serviços, isentar a fábrica desse recolhimento;
- (d) O empregador fica desobrigado de recolher tão somente cinquenta por cento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, em virtude de o empregado ter sofrido acidente de trabalho.

21. O Ministério Público do Trabalho:

- (a) Integra o Ministério Público da União que tem por chefe o Advogado Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- (b) É órgão da Justiça do Trabalho, vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho em âmbito federal e aos Tribunais Regionais do Trabalho em esfera regional;
- (c) Integra o Ministério Público da União, que tem por chefe, o Procurador Geral da República, nomeado dentre integrantes da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, após a aprovação do respectivo nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução;
- (d) Integra o Ministério Público do Trabalho, com atuação tão somente perante o Tribunal superior do Trabalho.

22. Como se organiza uma Confederação:

- (a) Com, no mínimo, 3 sindicatos estaduais;
- (b) Com, no mínimo, 3 sindicatos municipais;
- (c) Com, no mínimo, 5 sindicatos localizados no mesmo estado;
- (d) Com, no mínimo, 3 federações estaduais.

Direito Comercial

23. Assinale a resposta correta:

- (a) O estatuto não precisa definir o objeto social de forma clara, o que pode ser feito pelo regimento interno da companhia;

- (b) A sociedade anônima tem o seu capital dividido em ações, e os acionistas respondem solidariamente até a importância total do capital social;
- (c) A companhia não pode ter por objeto participar de outras sociedades;
- (d) Qualquer que seja o objeto, a sociedade anônima é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

24. Podem impetrar concordata preventiva:

- (a) As instituições financeiras privadas;
- (b) As sociedades mercantis;
- (c) As autarquias e as empresas públicas;
- (d) As empresas concessionárias de serviços aéreos públicos.

25. É correto afirmar que:

- (a) O aval tem natureza contratual, dependendo sempre da outorga uxória;
- (b) O aval na nota promissória não pode ser parcial;
- (c) O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante da aceitação como do pagamento da letra de câmbio;
- (d) O endosso pode ser parcial.

26. Na sociedade por quotas responsabilidade limitada:

- (a) Os sócios gerentes são sempre pessoalmente e ilimitadamente responsáveis pelos atos praticados em nome da sociedade;
- (b) A responsabilidade dos sócios é limitada à importância das suas quotas;
- (c) Serão observadas, no que não for regulado no contrato social, e na parte aplicável, as disposições da Lei de Sociedades por Ações;
- (d) As quotas podem circular mediante endosso em preto.

Direito Tributário

27. Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar é tema reservado:

- (a) A Constituição Federal;
- (b) A Lei complementar;
- (c) A Constituição Estadual;
- (d) Ao Código de Defesa dos Contribuintes.

28. São garantias constitucionais asseguradas aos contribuintes:

- (a) As competências federal e estadual;
- (b) Os impostos reservados aos municípios;
- (c) As limitações do poder de tributar;
- (d) Os tributos estaduais.

29. É tributo cujo fato gerador é serviço público o (a):

- (a) Imposto;
- (b) Taxa;
- (c) Contribuição de melhoria;
- (d) Empréstimo compulsório.

30. Conforme a Constituição Federal a isenção está sujeita ao princípio da:

- (a) Capacidade econômica;
- (b) Pessoalidade;
- (c) Legalidade;
- (d) Cumulatividade.

Direito Internacional

31. Qual das alternativas abaixo discorre de maneira correta sobre o Instituto da Nacionalidade:

- (a) A opção de nacionalidade é um processo administrativo dirigido ao Ministro da Justiça;
- (b) O estrangeiro, de nacionalidade angolana, com visto de trânsito para o Brasil se naturaliza após um ano de permanência;
- (c) O estrangeiro que pretenda optar pela nacionalidade brasileira deverá renunciar a nacionalidade de origem perante a Polícia Federal;
- (d) A opção de nacionalidade é um processo de jurisdição voluntária cuja competência para processar e julgar é da Justiça Federal.

32. Nos últimos anos temos visto no cenário internacional que cresce cada vez mais o número de estrangeiros que solicitam o refúgio no Brasil.

Sobre o tema podemos afirmar que o órgão para conceder o *status* de refugiado no Brasil é:

- (a) A Secretaria de direitos Humanos - SDH;
- (b) O Ministério das Relações Exteriores - MRE;
- (c) O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR;
- (d) O Comitê Nacional para Refugiados - CONARE.

33. 33-Leia com atenção o trecho do Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Européia, para após, marcar a opção correta:

Sua majestade o Rei dos Belgas, o Presidente da República Federal da Alemanha, o Presidente da República Francesa, o Presidente da República Italiana, Sua Alteza Real a Grã - Duquesa do Luxemburgo, Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos.

Determinados a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus;

Decididos a assegurar, mediante uma ação comum, o progresso econômico e social dos seus países, eliminando as barreiras que dividem a Europa,

Fixando como objetivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida de trabalho dos povos.

- (a) Trata-se de um trecho da parte dispositiva de um tratado bilateral;
- (b) Trata-se de um trecho do preâmbulo de um tratado bilateral;
- (c) Trata-se de um trecho do preâmbulo de um tratado multilateral;
- (d) Trata-se de um trecho da parte dispositiva de um tratado plurilateral.

34. Sobre o passaporte comum podemos afirmar que:

- (a) É válido por até cinco anos, improrrogáveis;
- (b) É válido por até dez anos, improrrogáveis;
- (c) É válido por até três anos, prorrogável por igual período;
- (d) É válido por até oito anos, prorrogável por igual período.

Direito Constitucional

35. É correto afirmar-se, com pertinência ao processo de alteração formal da Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, que:

- (a) O Texto Constitucional poderá ser emendado mediante proposta do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Procurador Geral da República;
- (b) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- (c) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros;
- (d) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

36. Em tema de controle de constitucionalidade:

- (a) Incumbe ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios;
- (b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade de leis federais, estaduais, distritais e municipais em face da Constituição Federal;
- (c) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias;
- (d) Inclui-se entre as competências originárias do Supremo Tribunal Federal, com a citação prévia do Advogado-Geral da União, processar e julgar as ações declaratórias de constitucionalidade de leis e atos normativos federais e estaduais diante da Constituição Federal.

37. No sistema do Estado Federal brasileiro:

- (a) A União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios são entidades políticas autônomas, as últimas regidas por leis orgânicas próprias, votadas em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por dois terços dos membros das respectivas Câmaras Municipais, que as promulgará;
- (b) Os Vereadores possuem imunidade material ou inviolabilidade, por suas opiniões palavras e votos no exercício do mandato, além de imunidade formal ou processual, sendo processados e julgados, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado;
- (c) Em situações excepcionais, estritamente previstas no texto constitucional federal, a União poderá intervir nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios dos Estados federados, de sorte a garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- (d) O Presidente da República poderá requisitar ao Supremo Tribunal Federal, ouvidos o Conselho da República e o de Defesa Nacional, no caso de comoção grave de repercussão nacional, a decretação de estado de sítio, de sorte a preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave ou iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções na natureza.

38. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) São características fundamentais do Poder estatal a unidade, a indivisibilidade e a indelegabilidade, em regra;
- (b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- (c) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo;
- (d) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria

absoluta dos membros das Casas do Congresso Nacional.

39. Assegura-se, acertadamente, com alusão ao processo legislativo previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, que:

(a) São de iniciativa privativa do Presidente da República os projetos de lei que disponham sobre o Estatuto da Magistratura e a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União;

(b) As medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara dos Deputados, através de resolução, disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes;

(c) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, comunicando, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto;

(d) O Congresso Nacional poderá conferir delegação ao Presidente da República, através de resolução, de molde a permitir que o Chefe do Poder Executivo elabore e edite, em meio a prazo assinado, lei delegada sobre todas as matérias que considere urgentes e relevantes.

40. Indique a alternativa correta:

(a) É competente o Supremo Tribunal Federal para julgar, em recurso ordinário-constitucional, o *habeas corpus* decidido em única ou última instância pelos tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, se concessiva a decisão;

(b) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

(c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

(d) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Direito Administrativo

41. A *investidura em cargo público efetivo* do aprovado em concurso público de provas e títulos ocorre com o(a):

(a) Nomeação;

(b) Provimento;

(c) Admissão;

(d) Posse.

42. O instrumento contratual de adoção obrigatória, cujo objeto seja prestação de serviços, adjudicada mediante prévia dispensa de licitação realizável sob modalidade de concorrência, reveste *forma* de:

(a) Nota de empenho da despesa;

(b) Termo de contrato;

(c) Carta-convite;

(d) Ordem de execução dos serviços.

43. O ato administrativo *exorbitante do exercício do poder regulamentar* pode ter os respectivos efeitos:

- (a) Sustados pelo Poder Legislativo;
- (b) Revogados pelo Poder Judiciário;
- (c) Anulados pelo poder Legislativo;
- (d) Sustados pelo Tribunal de Contas.

44. Por força de expressa previsão legal, a Administração Federal não pode mais anular os atos administrativos de que hajam resultado efeitos patrimoniais para os respectivos destinatários de boa-fé, se já decorrido:

- (a) Prazo prescricional quinquenal;
- (b) Prazo decadencial decenal;
- (c) Prazo prescricional bienal;
- (d) Prazo decadencial quinquenal.

Deontologia Jurídica

45. JOSÉ DA SILVA, Advogado militante, inscrito na OAB-RJ, escolhido em lista tríplice (quinto constitucional), foi nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado.

Pergunta-se: como fica a situação de José da Silva na OAB-RJ?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, impedido de advogar contra a fazenda que o remunera e perante o TJ-RJ;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (c) Ficará licenciado da advocacia;
- (d) Terá cancelada sua inscrição na OAB-RJ.

46. O Advogado ANTONIO BRITO - que já havia sofrido uma punição aplicada pela OAB-RJ - por desinteresse e sem conhecimento do Cliente, abandonou a causa para a qual fora por este constituído.

Pergunta-se: Qual a punição disciplinar a OAB poderá aplicar a ANTONIO BRITO?

- (a) Advertência;
- (b) Censura simples ou com multa;
- (c) Suspensão simples ou com multa;
- (d) Exclusão do Quadro da OAB-RJ.

47. O Advogado RICARDO ROCHA, constituído por Pedro dos Anjos e em nome deste, ingressou em juízo com uma Ação de Despejo por falta de pagamento em face de Marcelo Barros (locatário do imóvel de Pedro dos Anjos), sabendo que este se encontrava em dia com todas as suas obrigações contratuais.

Pergunta-se: O procedimento do Advogado Ricardo Rocha constitui:

- (a) Tergiversação;
- (b) Lide temerária;
- (c) Patrocínio infiel;
- (d) Exercício ilegal da advocacia.

48. Ao constituir um Advogado para defender seus interesses em juízo, o Cliente confidenciou ao mesmo um segredo. Dois anos após o encerramento da causa e do respectivo mandato, aquele Advogado revelou, propositalmente e sem justa causa, o referido segredo. Pergunta-se:

O que pode ocorrer àquele Advogado?

- (a) Apenas ser punido disciplinarmente pela OAB;
- (b) Ser punido disciplinarmente pela OAB e também ser responsabilizado civilmente por perdas e danos;
- (c) Ser punido criminalmente e ser punido disciplinarmente (pela OAB) e, ainda, ser responsabilizado por perdas e danos;
- (d) Não sofrer qualquer punição, porque não era mais advogado daquele cliente.

49. Quando fazia a sustentação oral numa audiência na 36ª. Vara Cível do Rio de Janeiro, o Advogado do autor injuriou e caluniou o réu do processo em julgamento.

Pergunta-se: Por tal comportamento, o que pode ocorrer ao referido Advogado?

- (a) Ser advertido pelo Juiz que preside a audiência;
- (b) Ser preso por desacato, pelo Juiz que preside a audiência;
- (c) Ser processado pelo Juiz que preside a audiência, pela injúria e calúnia;
- (d) Nada ocorrer, porque o Advogado tem imunidade profissional.

50. Para uma sociedade de Advogados adquirir sua personalidade jurídica é necessário:

- (a) O registro de seu Contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e também na OAB e no Ministério da Fazenda (C.N.P.J., antigo C.G.C.);
- (b) O registro de seu Contrato Social na Junta Comercial e na OAB;
- (c) Apenas o registro de seu Contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (d) Apenas o registro de seu Contrato Social na OAB.